

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 13

O SUL - PORTO ALEGRE - RS - O SUL
ANFIP

Confira grandes concursos públicos federais ainda previstos para este ano..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fisco arrecada no ano pouco mais de R\$ 2 bi e frustra a projeção de receitas..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo mantém previsão de R\$ 56 bi para Carf..... 7

FOLHA ONLINE - SP - FOLHAJUS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Transação tributária no Orçamento de 2025..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Desoneração trava na Câmara por cautela do BC com dinheiro esquecido..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Projeto sobre servidor está perto de ir ao Congresso..... 12

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

PF prende três suspeitos de fraudes em benefícios previdenciários no RJ..... 13

O GLOBO - RJ - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Gasto com educação caiu com recessão e pandemia..... 14

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Europa multa Apple em 13 bi e Google em 2,4 bi..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Anistia fiscal de Milei atrai milhões de dólares ocultos..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasil tem bastante a ganhar com abertura comercial (Editorial)..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Luz e alimentos provocam deflação..... 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Apesar de deflação em agosto, mercado ainda projeta retomada de alta da Selic..... 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Banco Central: independência também do mercado (Artigo)..... 26

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Kamala põe na defensiva Trump, que foca em economia e imigração..... 27

Quarta-Feira, 11 de Setembro de 2024

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Reajuste pesado30

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

China terá de gastar US\$ 1,4 trilhão para enfrentar deflação33

Confira grandes concursos públicos federais ainda previstos para este ano.

José Cruz/Agência Brasil



Faltando pouco quatro meses para o fim de 2024, concurseiros vivem expectativa de anúncio de novas seleções.

Quem está estudando para concursos públicos federais vive a expectativa de que novos editais sejam publicados ainda em 2024. Na semana passada, a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, confirmou a possibilidade de que outros processos seletivos sejam anunciados neste mês de setembro. Nos cursos preparatórios, os concurseiros estudam a todo vapor, a fim de garantirem uma boa colocação.

Para ajudar os candidatos, veja um guia com informações sobre processos seletivos que já foram autorizados ou que aguardam autorização e uma projeção do que pode ser divulgado até dezembro, segundo especialistas do setor.

Correios O concurso da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos já foi confirmado. O edital deve sair ainda neste mês. Segundo a empresa, a maioria das vagas (3.099) será para o cargo de agente dos Correios, que exige nível médio, com salário inicial de R\$ 2.429,26. De nível superior, serão 369 postos de analista, com rendimento de R\$ 6.872,48.

Dentro do cargo de agente dos Correios, os selecionados trabalharão como carteiros, operadores de triagem e transbordo, atendentes comerciais e no suporte. Já a função de analista contemplará administradores, advogados, analistas de sistemas, arquitetos, bibliotecários, contadores, economistas, engenheiros, estatísticos, museólogos, pedagogos e psicólogos, entre outros.

Ibama O governo federal já autorizou o concurso. Serão 460 vagas para o Instituto Brasileiro do Meio

Ambiente de dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), responsável pela fiscalização e pelo licenciamento ambiental em âmbito federal, sendo 330 para analista ambiental e 130 para analista administrativo. As duas funções exigem nível superior. Os ganhos podem chegar a R\$ 10.735, incluindo gratificações e auxílio-alimentação.

ICMBio O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela gestão das unidades de conservação federal, vai oferecer 350 em seu novo concurso público - 230 para analista ambiental e 120 para analista administrativo. Nos dois casos, será necessário ter nível superior. A remuneração prevista é de R\$ 11.789,43, já incluindo benefícios.

Banco do Brasil A seleção do Banco do Brasil deve oferecer vagas de início imediato e formação de cadastro de reserva em todos os estados. A expectativa é que o maior número de oportunidades seja para a função de escriturário, que exige nível médio, composta por duas especialidades: agente comercial (atuação bancária) e agente de tecnologia. O salário inicial da carreira atualmente é de R\$ 3.788, para 30 horas semanais, mais benefícios.

MPU O Ministério Público da União (MPU) está em processo de escolha da banca organizadora de seu próximo concurso, com 355 vagas em diferentes cargos. As remunerações iniciais variam de R\$ 8.529 a R\$ 13.994.

INSS Na lista de concursos esperados está o do Instituto Nacional de **Seguridade Social (INSS)**. Uma nova seleção para perito médico federal, com salário em torno de R\$ 16 mil, já foi autorizada. O edital com a oferta de 175 postos, ainda é esperado. Também é aguardado um concurso com chances de nível médio, para técnico, e de formação superior, para analista. Nessas áreas, há carência de pessoal.

O último concurso para o **INSS** aconteceu em 2022/2023 para o cargo de técnico do seguro social, com oferta de mil vagas de início imediato, mais 2.273 para cadastro de reserva, com remuneração de R\$ 5.900, distribuídas pelos 26 Estados do País, além do Distrito Federal.

Receita Federal Apesar de ainda estarem sendo

chamados os aprovados que fizeram o concurso de 2022/2023, há expectativa de uma nova seleção da **Receita Federal**. Essa é uma reivindicação da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita (Anfip)**, segundo a qual número de funcionários tem diminuído ano a ano.

Polícia Federal A Polícia Federal deve divulgar, em breve, seu edital. A autorização para realização do concurso já foi solicitada. Estão previstas vagas para agente administrativo, de nível médio, além de oportunidades para administrador, arquivista, assistente social, bibliotecário, contador, economista, enfermeiro, estatístico, farmacêutico, médico, nutricionista, psicólogo, técnico em assuntos educacionais e técnico em comunicação social, todos cargos de nível superior.

Site: http://pdf.osul.com.br/jornal_o_sul.php

Fisco arrecada no ano pouco mais de R\$ 2 bi e frustra a projeção de receitas

GIORDANNA NEVES AMANDA PUPO BRASÍLIA

As fontes de receitas extraordinárias listadas pela equipe econômica para garantir o cumprimento da meta de déficit zero em 2024 têm gerado uma arrecadação muito menor do que a esperada.

A quatro meses do fim do ano, as medidas com maior potencial arrecadatório, como a retomada do voto de qualidade do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**) e as transações tributárias, tiveram desempenho muito aquém do projetado, cerca de R\$ 2 bilhões.

O **Carf** é o tribunal que julga conflitos tributários entre a **Receita Federal** e contribuintes.

Lei aprovada pelo Congresso no ano passado restabeleceu o "voto de qualidade", sistemática de desempate favorável ao Fisco nos julgamentos do conselho.

Integrantes da equipe econômica reconhecem que os resultados poderiam ser melhores. Mas dizem que há fatores novos que compensam essas frustrações.

Como é o caso dos R\$ 10 bilhões em dividendos extraordinários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que serão incluídos já no próximo Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, que será publicado ainda este mês, segundo garantiu uma pessoa a par do assunto.

O pacote aprovado pelo Congresso no ano passado para reforçar o caixa do governo previa a arrecadação de R\$ 168,3 bilhões em 2024, valor que vem sendo revisto por frustração de receitas. Em resposta a pedido feito pelo Estadão/Broadcast via Lei de Acesso à Informação, o Ministério da Fazenda informou que, até o dia 6 de agosto, foram arrecadados apenas R\$ 83,4 milhões com as condições especiais de pagamento introduzidas na lei do **Carf**. Já com as transações tributárias concluídas no âmbito da **Receita Federal**, foi arrecadado somente R\$ 1,96 bilhão, de um total previsto de R\$ 31 bilhões para o ano.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024 previa o montante de aproximadamente R\$ 54,7

bilhões neste ano nessas duas frentes - valor já revisado para R\$ 37,7 bilhões no último relatório bimestral.

Por outro lado, as transações conduzidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) atingiram a meta colocada no PLOA, de arrecadar R\$ 12,2 bilhões. A transação com a Petrobras, firmada por meio do edital de contrato de afretamento (espécie de aluguel) de plataformas de petróleo, deve responder por boa parte desses recursos.

ORÇAMENTO 2025. Apesar da frustração de receitas, os efeitos da nova lei do **Carf** e das transações fechadas com a Receita voltaram a aparecer como apostas na proposta orçamentária de 2025, divulgada no fim de agosto. Pelo texto enviado ao Congresso, a peça estima que o governo arrecadará R\$ 28,57 bilhões com o retorno do voto de qualidade do **Carf**, e R\$ 31 bilhões em transação tributária pela **Receita Federal**.

No total, são esperados R\$ 168,252 bilhões com receitas extraordinárias.

Na avaliação da advogada tributarista Maria Carolina Gontijo, a frustração de receitas com o **Carf** em 2024 não surpreende, e tampouco cabe otimismo em relação ao ano que vem. Segundo ela, as expectativas arrecadatórias por essa via dependem muito do momento econômico vivido pelas empresas.

"Se a gente está em um momento econômico ruim para as empresas, elas podem optar por recorrer ao Judiciário e aí terão um horizonte de sete ou até mais anos de discussão sem precisar na realidade efetuar esse desembolso. Em um momento de incerteza, como o que estamos vivendo, é muito difícil você encontrar alguma empresa que de fato tope isso em nome da arrecadação." O economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, também considera difícil imaginar que não haverá frustração de receita novamente em 2024. "O **Carf** tem se mostrado mais difícil do que o governo imaginava, a protelação jurídica nesses casos sempre vence. Não deve ser diferente no ano que vem. Para piorar, o governo trabalha com alíquotas adicionais do JCP (Juros sobre Capital Próprio) e da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), mas cada vez mais esse tipo de ajuste via tributação está interdito", avalia.

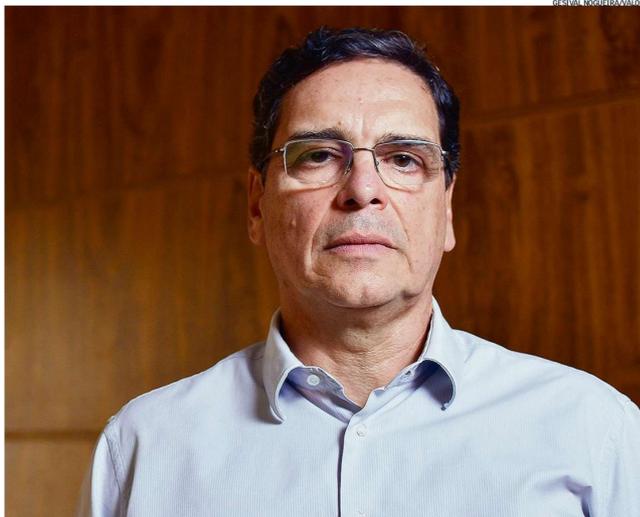
Frustração

R\$ 54,7 bi era quanto o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024 previa de arrecadação com o retorno do "voto de qualidade" do **Carf** e as transações da **Receita Federal**, valor já revisado para R\$ 37,7 bilhões em julho e que deve cair mais

R\$ 2,04 bi foi quanto o governo conseguiu arrecadar até agora com os processos no **Carf** e as transações concluídas pela Receita

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Governo mantém previsão de R\$ 56 bi para Carf



Marcos Mendes: "Lei reduziu o custo da judicialização; logo, a opção por pagar será a última da fila para as empresas"

Jéssica Sant"Ana De Brasília

O governo não revisou para baixo a estimativa de arrecadação esperada com o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** no terceiro relatório de avaliação de receitas e despesas do Orçamento deste ano, apenas redistribuiu a previsão inicial para os meses restantes do ano. É o que revela ofício obtido pelo Valor via Lei de Acesso à Informação (LAI). A medida evitou que um contingenciamento maior de recursos dos ministérios fosse anunciado.

"Não houve mudança de valores tanto do **Carf** quanto das subvenções em relação ao RARDP [relatório de avaliação de receitas e despesas] do segundo bimestre, a menos da distribuição das respectivas medidas pelos meses restantes do ano (julho a dezembro). O valor relativo ao **Carf** para o ano inteiro é, aproximadamente, R\$ 55 bilhões. Para a medida do **Carf**, a distribuição entre os meses não foi uniforme", diz a **Receita Federal** no ofício.

Quando o terceiro relatório de avaliação do Orçamento foi divulgado, em julho, a equipe econômica do governo informou que havia reduzido de R\$ 55,6 bilhões para R\$ 37,7 bilhões a previsão de arrecadação com o **Carf**- diferença de R\$ 17,9 bilhões. Mas, na verdade, tratou-se apenas de uma redistribuição do valor inicial para o período de julho a dezembro. A decisão foi tomada mesmo o governo sabendo que, até aquele momento, nenhum recurso havia entrado no caixa.

O governo previa arrecadar R\$ 55,6 bilhões neste ano com os acordos feitos com os contribuintes derrotados no **Carf** pelo voto de desempate. O contribuinte, se desistir de recorrer ao Judiciário, pode optar por pagar o débito em até 12 parcelas, sem a incidência de juros e com a possibilidade de utilização de prejuízo fiscal.

Porém, até o dia 21 de agosto, a União havia arrecadado apenas R\$ 87 milhões, segundo o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias. Até o fim do ano, há outras quatro parcelas de R\$ 87 milhões garantidas para entrar nos cofres públicos, disse em coletiva de imprensa no mês passado. Outros processos de contribuintes que foram condenados com voto de desempate no órgão recursal do fisco ainda estavam em negociação.

Questionada pelo Valor sobre o motivo de a arrecadação do **Carf** não ter sido revista para baixo no terceiro relatório bimestral, diante da baixa adesão dos contribuintes à condição especial de pagamento, a **Receita Federal** respondeu que "não havia naquele momento dados suficientes para essa revisão".

"Trata-se de uma medida absolutamente nova, sem histórico. A cada mês que passa se agregam mais informações e elementos para tomada de decisão", disse o Fisco, em nota. "Importante destacar que há diversas medidas que estão performando acima do esperado. Algumas delas nem mesmo estavam previstas na LOA-2024 [Lei Orçamentária Anual]. Isso fica evidenciado nos recordes de arrecadação. Por fim, é importante mencionar que a revisão bimestral é global, analisa a arrecadação como um todo, e não pontualmente", completou.

O economista Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper, explica que "só se pode fazer uma análise do todo se for conhecido o comportamento das partes desse todo". "Ainda mais um item de receita tão relevante e decisivo como este. O que vemos nos relatórios bimestrais é uma análise item a item das principais fontes de receitas e rubricas de despesa."

Sobre a baixa arrecadação com os acordos do **Carf**, Mendes afirmou que já era esperado. "A empresa que perde pelo voto de qualidade tem as opções de pagar com precatórios ou de judicializar. Neste último caso, a

lei aprovada reduziu o custo da judicialização. Logo, a opção por pagar será a última da fila para as empresas", avaliou.

O tributarista Luiz Gustavo Bichara, sócio-fundador do Bichara Advogados, afirma que a experiência demonstra que, vencidos no **Carf**, os contribuintes vão judicializar as suas teses. "Parece improvável que haja pagamento do tributo assim de forma tão imediata e simples como estima o governo em suas projeções."

Com a não revisão da arrecadação com o **Carf**, o governo evitou fazer um contingenciamento relevante de recursos dos ministérios em julho. Foram contingenciados apenas R\$ 3,8 bilhões em virtude de frustrações de outras receitas. Caso a equipe econômica tivesse revisto a estimativa do **Carf** para baixo, o valor congelado teria sido bem maior.

O contingenciamento e o bloqueio (quando as despesas sobem acima do previsto) são dois mecanismos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para garantir o cumprimento da meta fiscal do ano. Porém, o atual governo tem adotado diversas medidas para evitar o uso desses instrumentos na potência adequada.

No novo arcabouço fiscal, a equipe econômica do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, restringiu o contingenciamento a até 25% das despesas discricionárias, sob a justificativa de preservar o "funcionamento regular da administração pública". Depois, passou a interpretar que a regra fiscal também ressalva do contingenciamento o valor que garanta o crescimento real mínimo de 0,6% das despesas. A legalidade deste inciso está sendo avaliada pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Por fim, a equipe econômica tem adotado a estratégia de só congelar gastos quando houver risco de descumprimento da banda inferior de resultado primário, o que já gerou alerta do TCU. Neste ano, por exemplo, o contingenciamento é feito somente quando há o risco de não se atingir um déficit de R\$ 28,8 bilhões, e não a meta de resultado primário, que é zero (receitas iguais às despesas). Antes do novo arcabouço, como não havia a banda de tolerância, o governo era obrigado a mirar a meta.

"Revisão bimestral é global, analisa a arrecadação como um todo" **Receita Federal**

"Parece improvável que haja pagamento do tributo assim de forma tão imediata" Luiz Gustavo Bichara

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187981?page=1§ion=1>

Transação tributária no Orçamento de 2025

Eduardo Cucolo

A proposta de Orçamento para 2025 prevê R\$ 121,5 bilhões classificados como receitas extraordinárias ligadas a questões tributárias que não dependem do Legislativo. Mas dependem, em sua maioria, da disposição das empresas em negociar com o governo.

Das cinco fontes de recursos listadas pela **Receita Federal**, três se referem à expectativa de arrecadação com transações tributárias.

As negociações com o próprio fisco devem render R\$ 31 bilhões, considerando editais referentes a transações individuais, por adesão ou relevante controvérsia jurídica.

Outros R\$ 15,5 bilhões se referem à recuperação de créditos inscritos na dívida ativa por meio do PTTI (Programa de Transação Tributária Integral). No ano passado, a recuperação da dívida ativa via transações tributárias somou R\$ 20,7 bilhões.

Há também R\$ 26,5 bilhões na rubrica "Transação de Relevante e Disseminada Controvérsia Jurídica (inclui PTTI)", que trata dos editais sobre processos no contencioso administrativo.

Completam a lista R\$ 28,5 bilhões esperados de acordo com empresas derrotadas pelo voto de qualidade no **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)** e R\$ 20 bilhões com o controle especial na utilização de benefícios tributários, por causa da Dirbi (Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária), que as empresas precisam enviar à Receita.

Para este ano, o governo prevê R\$ 37,7 bilhões com o voto de desempate no **Carf** -a estimativa inicial no Orçamento era de R\$ 55 bilhões. No mês passado, a **Receita Federal** disse que a instituição criou equipes especiais para negociar com os contribuintes, numa tentativa de agilizar o processo, que pode levar até seis meses a partir da conclusão do julgamento. Vários contribuintes apresentaram propostas, segundo o órgão.

No final do mês passado, a Receita publicou portaria que cria o Programa de Transação Integral, com objetivo de regularizar dívidas e encerrar litígios de forma consensual, com participação também da PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional)

O programa inclui a transação na cobrança de créditos judicializados de alto impacto econômico e a transação no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica e de alto impacto econômico.

A segunda modalidade inclui 17 temas em discussão, como contribuições previdenciárias sobre participação nos lucros e resultados, amortização de ágio, pejetização de pessoa física, " stock options " e remessas ao exterior efetuadas por empresas do setor aéreo.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2024/09/transacao-tributaria-no-orcamento-de-2025.shtml>

Desoneração trava na Câmara por cautela do BC com dinheiro esquecido

CÉLIA FROUFE IANDER PORCELLA BRASÍLIA

O projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamentos teve sua votação travada ontem na Câmara por um alerta vindo do Banco Central (BC). Segundo líderes na Casa ouvidos pelo Estadão/Broadcast, a preocupação tem relação com uma das medidas apresentadas para tentar compensar a desoneração: a que trata dos recursos esquecidos em instituições financeiras privadas e públicas.

Já aprovado no Senado, o texto questionado diz que, a partir da aprovação final, os correntistas teriam 30 dias para reivindicar os recursos. Os saldos que não fossem reclamados passariam automaticamente para a União e seriam apropriados pelo Tesouro Nacional como receita primária.

Os recursos são, portanto, todos de fonte privada, sob custódia das instituições financeiras, mas passariam para as mãos do governo.

Instituída em 2011, a desoneração da folha de pagamentos vale para os 17 setores mais intensivos em mão de obra no País. Juntos, eles incluem milhares de empresas que empregam 9 milhões de pessoas. A medida substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% incidente sobre a folha de salários por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. A votação no Senado também incluiu os municípios de menor porte. O benefício resulta, na prática, em redução da carga tributária da contribuição previdenciária devida pelas empresas e prefeituras.

Na segunda-feira, os deputados chegaram a aprovar pedido de urgência para votar o projeto.

Na prática, a proposta poderia pular a etapa de análise em comissões e ser votada diretamente no plenário - o que inicialmente estava previsto para ontem.

O prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal para que governo e Congresso sacramentem um acordo termina hoje.

Caso haja mudanças de mérito na Câmara, a proposta terá de voltar ao Senado, o que deve esbarrar nesse prazo. Procurados, nem o Ministério da Fazenda nem o BC quiseram comentar o assunto.

A Câmara realiza nesta semana o terceiro e último esforço concentrado de votações no período das eleições municipais.

O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), permitiu que as sessões sejam remotas, ou seja, sem obrigatoriedade de presença em Brasília. Os deputados, dessa forma, podem votar por meio de um aplicativo.

MAIS IMPOSTOS. Segundo estimativa da equipe econômica, a manutenção do benefício custaria cerca de R\$ 25 bilhões aos cofres da União neste ano. Outras medidas apresentadas pelos parlamentares para compensar esse valor envolvem a atualização de bens no Imposto de Renda; a repatriação de ativos mantidos no exterior; a renegociação de multas aplicadas por agências reguladoras; e pente-fino no **INSS** e em programas sociais.

No fim de agosto, o governo apresentou ao Congresso um projeto de lei que eleva a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), um tributo cobrado sobre o lucro das empresas, e a do Imposto de Renda incidente sobre os Juros sobre Capital Próprio (JCP), um tipo de remuneração paga pelas companhias aos seus acionistas. O aumento da CSLL, como antecipou o Estadão, será restrito a 2025, enquanto a alteração no JCP será permanente - ou seja, sem data delimitada no projeto de lei.

O objetivo é arrecadar R\$ 21 bilhões no próximo ano, quando o Executivo se comprometeu com a meta de déficit zero.

Segundo a equipe econômica, as medidas têm o objetivo de servir como uma espécie de garantia caso as propostas já apresentadas não sejam suficientes para compensar a desoneração da folha no ano que vem.

O projeto foi enviado ao Congresso em regime de urgência constitucional, que impõe à Câmara e ao Senado o prazo de 45 dias para a deliberação da proposta, sob pena de trancamento da pauta.

A justificativa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é de que as medidas "são relevantes para o resultado fiscal e o equilíbrio das contas públicas e serão

consideradas nas projeções de receitas" do Orçamento de 2025.

Renúncia Segundo estimativa da Fazenda, manutenção do benefício custará cerca de R\$ 25 bi à União este ano

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Projeto sobre servidor está perto de ir ao Congresso

Edna Simão e Gabriela Pereira De Brasília

O governo vai encaminhar, entre o fim do mês e início de outubro, um projeto de lei (PL) ao Congresso Nacional para estabelecer em lei os acordos salariais e a reestruturação de carreiras que foram negociados com os **servidores públicos** e que devem começar a vigorar, em alguns casos, a partir de janeiro. A expectativa é que a proposta seja aprovada pelos parlamentares até o fim de novembro.

O prazo apertado para apreciação da matéria, devido ao período eleitoral, é uma preocupação dos técnicos do Ministério da Gestão e Inovação (MGI). A avaliação, no entanto, é que o fato de os acordos já terem sido fechados com os trabalhadores deve reduzir as resistências. No total, foram firmados 45 acordos, sendo que 24 já incluíram alongamento de carreira. O impacto orçamentário desses acordos para o próximo ano está calculado em R\$16 bilhões.

"Com a negociação, é possível reduzir os pontos de atrito. Uma vez que todas as alterações nas carreiras sejam consolidadas e o PL for enviado ao Congresso, os sindicatos também devem ajudar, pressionar, porque eles também querem que aprove", disse um interlocutor.

A negociação com os **servidores públicos**, além de reajuste salarial, contemplou o alongamento das carreiras, prevista em portaria com as diretrizes e critérios para a elaboração de pedidos de criação e reestruturação de carreiras e de quantitativo de cargos efetivos da administração pública federal. Com a medida, o servidor deverá atingir o topo da carreira em 20 anos. Atualmente, levam cerca de 13 anos. A medida deve ter impacto positivo nos médio e longo prazos para redução das despesas.

O gasto com pessoal é a segunda maior despesa do governo federal, perdendo apenas para a **Previdência Social**. Nos últimos anos, essa despesa se manteve estável porque a recomposição do quadro de pessoal ficou abaixo que as saídas decorrentes de aposentadorias. No fim de 2022, o governo desembolsava 2,68% do

Produto Interno Bruto (**PIB**) com folha de pagamento. Esse percentual recuou para 2,61% em 2023 e 2,48% em 2024. Para o próximo ano, a estimativa é que esse

percentual represente 2,59% do **PIB**.

"Claro que é uma despesa volumosa, porque a gente tem no nível federal cerca de 460 mil ativos, e quase 500 mil inativos. É um quantitativo grande de servidores, então é uma despesa de volume, mas não é uma despesa que está descontrolada", explicou o técnico do MGI.

Expectativa é que a proposta seja aprovada pelos parlamentares até o fim de novembro

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187981?page=1§ion=1>

PF prende três suspeitos de fraudes em benefícios previdenciários no RJ

Por Lucas Madureira, Leslie Leitão, Bom Dia Rio

A Polícia Federal prendeu, na manhã desta quarta-feira (11), três suspeitos de durante a operação contra fraudes em benefícios previdenciários em municípios do Rio de Janeiro. Os agentes cumpriram dois mandados de prisão preventiva e prenderam em flagrante uma terceira pessoas por posse ilegal de arma de fogo, em São Pedro da Aldeia, na Região dos Lagos.

Também foram apreendidos: 6 veículos; ?1Jet Ski; ?celulares, equipamentos eletrônicos e dispositivos de armazenamento e ?documentos.

Os mandados são cumpridos nos municípios de Cabo Frio, São Pedro da Aldeia e Armação dos Búzios, na Região dos Lagos, em Belford Roxo e Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, além da capital.

A Estelião II é a segunda etapa da operação deflagrada em dezembro do ano passado, quando foram apreendidos 27 cartões bancários em nome de terceiros, 70 documentos de identificação falsos, um manuscrito contendo os dados de 21 benefícios previdenciários, indicando nome, CPF, benefício, contas bancárias e respectivas senhas, além de diversos outros documentos e materiais.

Após análise de todo material apreendido foi possível identificar e confirmar a existência de 27 benefícios fraudulentos, obtidos em sua maioria no ano de 2010, os quais vinham sendo pagos e recebidos pelos investigados desde então, o que resultou num prejuízo efetivo de R\$ 8,7 milhões aos cofres públicos.

Os levantamentos identificaram ainda o envolvimento de outras pessoas, incluindo gerentes bancários, servidor do **INSS**, despachante, pessoas que se passavam pelos beneficiários fictícios, além de outros fraudadores, os quais prestavam auxílio mútuo na concretização e manutenção das fraudes.

Além das ordens judiciais de prisão e busca, também foi deferido pela justiça o bloqueio de bens de investigados no valor equivalente ao dano causado de R\$ 8,7 milhões e o sequestro de 11 imóveis.

A investigação contou com apoio do Núcleo Regional de Inteligência da **Previdência Social** no Estado do

Rio de Janeiro, além da Delegacia de Repressão aos Crimes Fazendários (Delefaz).

Os investigados responderão pelos crimes de associação criminosa, estelionato previdenciário, falsidade de documento público e lavagem de dinheiro, cujas penas, somadas, podem ultrapassar 26 anos de prisão, sem prejuízo de outros crimes que possam surgir no decorrer das investigações.

Site: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/09/11/pf-realiza-operacao-contra-fraudes-em-beneficios-previdenciarios-no-rj.ghtml>

Gasto com educação caiu com recessão e pandemia



Futuro incerto. Estudantes no Enem de 2022: aprendizado impactado pelo recuo de investimentos, professores mal pagos e muitos alunos por classe

BRUNO ALFANO

O Brasil gastou em 2021 menos de um terço da média das economias mais desenvolvidas que fazem parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), aponta a edição deste ano do relatório Education at a Glance, divulgado ontem pela entidade. O relatório destacou ainda que o investimento brasileiro (considerando o empregado entre a educação básica e o ensino superior) caiu, em média, 2,5% ao ano entre 2015 e 2021. Já na média dos países da OCDE, aumentou 2,1% anualmente nesse período.

Divulgado anualmente pela OCDE, o Education at a Glance reúne e compara os principais indicadores internacionais ligados à educação. Os dados são fornecidos pelos próprios países. Fazem parte da organização economias desenvolvidas como Alemanha, EUA e Japão, além de países emergentes como Turquia e México. Outro grupo de nações, como o Brasil e Argentina, participaram do levantamento, mas como convidado.

Na educação básica (ensino fundamental e médio), o Brasil investiu R\$ 18 mil anuais por aluno em 2021, de acordo com o relatório. Entre os países avaliados, esse patamar só está acima da Turquia, da África do Sul e do México. Costa Rica, Chile e Argentina estão acima do Brasil, assim como os países da OCDE. Apesar da diferença no investimento por estudante, o Brasil tem uma proporção de gasto público em educação (10,6% do Orçamento) semelhante à média dos países da OCDE (10%).

Para a presidente-executiva do Todos pela Educação, Priscila Cruz, os números apontados pelo relatório são resultado de duas crises econômicas: a recessão de 2014 e 2015, durante o governo Dilma Rousseff, e a

provocada pela pandemia, em 2020.

-O recurso da educação é vinculado aos **impostos**. Assim, ele é um reflexo da atividade econômica. Quando tem recessão, ele cai. Quando tem atividade aquecida, sobe - explica Priscila Cruz, presidente-executiva do Todos Pela Educação.

SUBFINANCIAMENTO

Especialistas apontam que aumentar os gastos não significa necessariamente uma melhora na qualidade da aprendizagem, mas afirmam que o país vive uma situação de subfinanciamento. Isso significa que mais recursos poderiam gerar benefícios importantes só se bem empregados. Na avaliação de Cruz, uma melhora da aprendizagem depende do investimento e da gestão.

-Aumentar o investimento hoje no Brasil teria melhores resultados em alguns lugares, como na maior parte dos estados do Nordeste, que estão mostrando capacidade de gestão, de implementação adequada de políticas -afirma a presidente-executiva do Todos Pela Educação.

Um exemplo de bom gasto incluído no relatório é a Estônia. No Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) de 2022, divulgado no ano passado, o país do Leste Europeu está entre os dez com maiores aprendizagens nas três disciplinas que compõem o teste (Matemática, Leitura e Ciências). Nele, são investidos R\$ 54,3 mil por aluno na educação básica. O valor é bem acima do Brasil, mas longe de nações que têm desempenho pior, como Noruega e Áustria. Luxemburgo, país que mais gasta por aluno entre os pesquisados pela OCDE, não participou do Pisa em 2022.

O relatório aponta uma série de dificuldades para os professores brasileiros. O salário inicial dos docentes de ensino médio no Brasil é 47% abaixo da média dos países da OCDE. Outro problema é a quantidade de estudantes. Em média, nos países da OCDE, há entre 13 e 14 alunos por professor nas salas de aula da educação básica. No Brasil, esse patamar sobe para 22 e 23.

"Embora uma menor proporção de alunos por professor permita aos professores focar mais nas

necessidades individuais, isso exige maiores gastos com salários de professores e precisa ser equilibrado com outras prioridades de gastos", afirma o Education at Glance.

De acordo com Cruz, esse número de alunos por professor precisa ser reduzido. No entanto, para que a medida dê os resultados esperados, é necessário também formar docentes com melhor qualidade para garantir que a atenção mais individualizada seja revertida em aprendizagem, segundo a presidente do Todos pela Educação.

MELHORAS

Apesar dos retrocessos, o levantamento também apontou melhoras no país, como um aumento dos gastos na primeira infância (de 0 a 3 anos) de 29% entre 2015 e 2021. Essa é uma etapa escolar em que o Brasil tem ampliado o atendimento. Ainda assim, apenas 57% das crianças do país nessa faixa etária estão na escola, segundo o levantamento. Esse patamar é mais baixo do que a média da OCDE, de 70%.

Outra boa notícia da pesquisa é a redução do número de jovens de 18 a 24 anos que não estudam, nem trabalham. A parcela caiu de 29,4% em 2016 para 24% em 2023. Nessa conta, também estão aqueles que trabalham informalmente, sem registro profissional, ou que precisam abandonar os estudos para cuidar dos irmãos mais novos. Nos países da OCDE, a variação foi de 15,8% para 13,8%.

- O país viu uma diminuição na evasão escolar e um aquecimento do mercado de trabalho. Mas o que mais impacta nesse dado, no longo prazo, foi a diminuição do número de jovens por causa da transição demográfica - ressalva João Marcelo Borges, gerente de Pesquisa e Inovação do Instituto Unibanco.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

DADOS DO INVESTIMENTO EM ENSINO

O QUE PIOROU NO BRASIL

Investimento no país*



2,5%

em média, ao ano entre 2015 e 2021

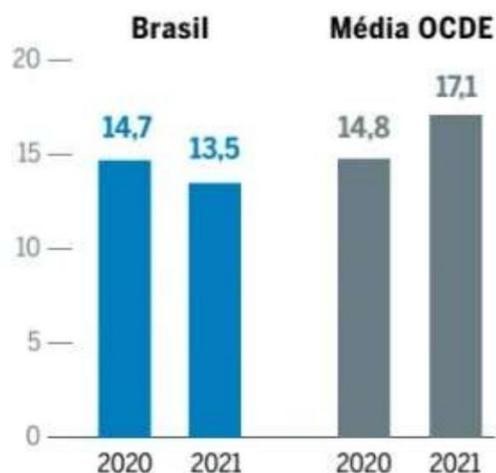
Nos países da OCDE



2,1%

anualmente nesse período.

O gasto por aluno em universidades públicas (em milhares de US\$)



O QUE MELHOROU

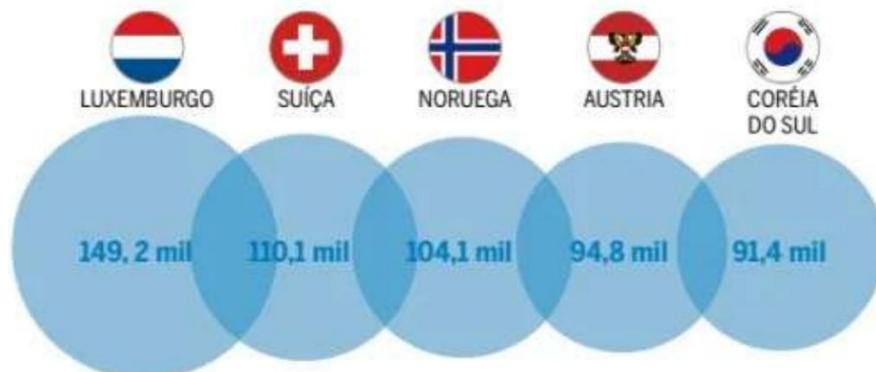
Gastos do Brasil na primeira infância (de 0 a 3 anos) entre 2015 e 2021.

29%

Proporção de jovens de 18 a 24 anos que não estudam nem trabalham



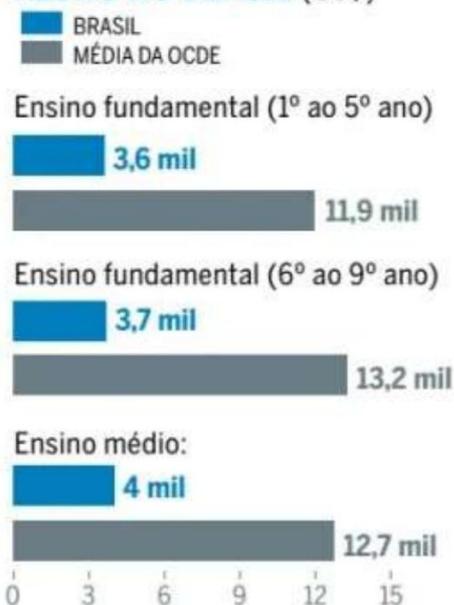
PAÍSES COM MAIOR INVESTIMENTO POR ALUNO**



PAÍSES COM MENOR INVESTIMENTO POR ALUNO**



INVESTIMENTO POR ALUNO NO BRASIL (US\$)



*considerando da educação básica ao ensino superior

**Na educação básica, valores em reais

EDITORIA DE ARTE

Europa multa Apple em 13 bi e Google em 2,4 bi

(Com The New York Times e Bloomberg News)

O Tribunal de Justiça da União Europeia (UE), instância máxima do Judiciário do bloco, reforçou ontem com suas decisões a campanha das autoridades por uma maior regulamentação da indústria de tecnologia, ao rejeitar recursos da Apple e do Google em dois casos considerados históricos.

No caso da Apple, o tribunal endossou uma ordem executiva da UE de 2016 para que a Irlanda cobrasse 13 bilhões (cerca de R\$ 80 bilhões) em impostos não pagos pela empresa. Os reguladores determinaram que a fabricante do iPhone havia feito acordos ilegais com o governo irlandês, que lhe permitiram, durante anos, pagar praticamente nada em impostos na Europa.

A Apple havia vencido uma decisão anterior para anular a ordem, mas a Comissão Europeia, o braço executivo da UE, recorreu ao Tribunal de Justiça.

No caso do Google, a Corte concordou com a decisão de 2017 da comissão de multar a empresa em 2,4 bilhões (R\$ 14,7 bilhões) por dar tratamento preferencial, no seu sistema de buscas, ao seu próprio serviço de comparação de preços, em detrimento de ofertas rivais. O Google perdeu um recurso em 2021.

Quando a UE começou a apertar o cerco contra a Apple e o Google, desencadeou uma mudança significativa na forma como a indústria de tecnologia era regulamentada em outros países. Até então, governos de todo o mundo adotavam uma abordagem mais permissiva, enquanto Apple, Google, Amazon e Meta cresciam em tamanho e mudavam a maneira como as pessoas vivem, trabalham, compram e se comunicam.

Na esteira da luta da UE contra as big techs, outros países intensificaram a fiscalização das práticas comerciais do setor - até mesmo os EUA, berço dessas empresas.

Na Irlanda, a decisão judicial provocou uma discussão inusitada: como gastar os recursos. Os 13 bilhões representam cerca de 14% de todas as despesas anuais do governo irlandês.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Anistia fiscal de Milei atrai milhões de dólares ocultos

Ciara Nugent *Financial Times, de Buenos Aires*

Os argentinos estão declarando centenas de milhões de dólares em economias antes ocultas, em um processo de anistia fiscal que o presidente de extrema direita Javier Milei espera ser capaz de impulsionar a economia moribunda do país e suas reservas cambiais.

Os depósitos privados em dólares nos bancos argentinos estão aumentando diante da aproximação do fim da primeira fase do plano, dia 30, embora ainda não tenham sido divulgados os dados sobre as quantias declaradas desde o anúncio da anistia em julho.

Dados do banco central mostram que os argentinos fizeram depósitos líquidos de US\$ 728 milhões em julho e US\$ 749 milhões em agosto. Isso foi acima da média líquida mensal de US\$ 532 milhões nos primeiros sete meses da Presidência de Milei e de saídas líquidas médias de US\$ 70 milhões nos dois anos antes do líder radical assumir o governo em dezembro.

A longa história de turbulências econômicas da Argentina, marcada pela hiperinflação, controles cambiais e bloqueio dos depósitos, levou os cidadãos a manter cerca de US\$ 258 bilhões fora de seu sistema financeiro, segundo estimativas oficiais no começo de 2024. Uma parcela desconhecida não foi declarada às autoridades.

Especialistas dizem que a maioria dos argentinos mantém suas economias em dólar - guardadas debaixo do colchão, em cofres ou contas nos EUA e outros países.

O governo acredita que ter acesso a esses dólares o ajudaria a resolver seus dois maiores problemas: revigorar uma economia real que foi abalada por uma crise prolongada e pelas medidas de austeridade de Milei, além de aumentar as reservas perigosamente baixas em moeda forte do banco central.

Números compartilhados

com o Fundo Monetário Internacional (FMI) sugerem que o governo espera que cerca de US\$ 40 bilhões em dinheiro, propriedades e outros ativos sejam

declarados. Espera-se que uma grande parte do dinheiro entre no sistema financeiro da Argentina e que o Tesouro receba US\$ 1,5 bilhão em **impostos**.

Os depósitos em dólar nos bancos argentinos são um indicador do interesse na anistia, pois aqueles que declaram dólares em espécie precisam depositá-los, enquanto aqueles que declaram contas no exterior ou outros grandes ativos, precisam depositar algum dinheiro para pagar multas.

Com o crescimento dos depósitos em dólares, "parece que o objetivo do governo de chegar aos US\$ 40 bilhões é viável", diz Salvador Vitelli, chefe de análises da consultoria Romano Group.

Nas duas últimas décadas, os governos argentinos concederam uma anistia a cada quatro anos em média, à medida que a evasão fiscal piorava diante dos controles cambiais e aumentos de **impostos**. A anistia mais bem-sucedida foi feita pelo presidente conservador Mauricio Macri em 2016, com a declaração de US\$ 117 bilhões.

Mas vários fatores têm estimulado a adesão desta vez, diz César Litvin, presidente da firma de consultoria fiscal Lisicki and Associates.

Este mês, um longamente aguardado esquema de compartilhamento de informações com bancos dos EUA entrará em vigor, notificando automaticamente a agência tributária da Argentina sobre contas mantidas no país por seus cidadãos. A Argentina firmou um acordo parecido com dezenas de outros países em 2017.

Se forem detectados fora da anistia, os donos de contas não declaradas enfrentarão acusações de **impostos** atrasados, juros e multas. Os termos da anistia, por sua vez, são generosos.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187981?page=1§ion=1>

Brasil tem bastante a ganhar com abertura comercial (Editorial)

A desigualdade entre países ricos e o resto do mundo diminuiu bastante nos últimos 30 anos, mas persiste entre ricos e pobres e isso não é consequência da globalização. Essa é a mensagem principal do relatório da Organização Mundial do Comércio de 2024, que vive uma ameaça existencial, depois que foi relegada a segundo plano pelos EUA durante quatro anos de desprezo de Donald Trump por entidades multilaterais, seguido pelo discreto desdém da gestão democrata de Joe Biden. Nenhum deles nomeou representantes americanos para o órgão de solução de controvérsias da instituição, o mais importante árbitro de disputas comerciais entre os 166 países-membros.

A OMC defende seu legado de liberalização comercial, agora com mais nuances do que antes. Ela estabelece limites entre o que a ampliação do comércio global, que impulsionou, fez e o que não poderia fazer. A pobreza teve forte redução com o avanço do comércio internacional, assim como diminuiu o hiato entre rendas dos países de baixo e médio desenvolvimento e os países ricos. Mas não reduziu a desigualdade de renda e de riqueza em geral. Politicamente, em uma era de radicalização, globalização e aumento do fosso de rendas têm sido colocadas no mesmo saco pelos críticos da liberalização comercial.

A OMC acha que os dois temas não deveriam estar juntos. A distribuição de renda nacional depende de uma variedade complexa de fatores, nas quais as políticas internas são determinantes para o resultado. "Há uma baixa correlação entre a abertura ao comércio e a desigualdade doméstica", registra o relatório. A OMC aponta que entre 1995 e 2023 a renda per capita dos países de renda baixa ou média cresceu o triplo do ritmo de 65% da renda per capita global (descontada a **inflação**), com o crescimento do comércio, um fato ainda mais notável considerando-se que o aumento da população mundial no período foi de 38,7%. A participação desses países nas trocas mundiais aumentou de 21% para 38%.

A pobreza global, no mesmo período, recuou. Em 1995, 40,3% da população mundial se incluía nessa categoria e, em 2022, praticamente um quarto dela, 10,6%. A fatia do comércio das nações de baixa e média renda dobrou de 16% para 32% do valor total das transações comerciais. A OMC está longe de dizer que a missão foi cumprida e realça que há ainda 712

milhões de pessoas no planeta que vivem no inferno da extrema pobreza. E a desigualdade de renda global-entre pessoas mais ricas do mundo e as mais pobres - é hoje semelhante às do início do século XX. O 1% mais bem remunerado recebe 15,8% do total de salários. Quando se consideram as diferenças do nível de riqueza, que engloba propriedades, aplicações financeiras etc., a situação é pior. Entre 1995 e 2021, o topo da escala tinha 38% da riqueza do planeta.

O que distingue os países que prosperaram em direção aos mais ricos dos que não conseguiram isso foram as políticas soberanas, algumas péssimas, outras virtuosas. Um terço dos países de renda baixa e média, no qual vivem 13% da população global, ficou para trás nas últimas três décadas. Há características comuns entre eles: engajam-se menos no comércio internacional, dependem mais da exportação de commodities do que a média, têm baixa diversificação do que vendem, isto é, poucos produtos mais elaborados, seu comércio está concentrado em número reduzido de países compradores e recebem pouco investimento direto produtivo. A conclusão da OMC é que "o comércio pode trazer ganhos agregados de bem-estar e redução da pobreza e apoiar a inclusão sem necessariamente elevar a desigualdade". O relatório não deixa dúvida de que a maior participação no comércio internacional impulsionou o crescimento desses países. O avanço do comércio, para a OMC, porém, não tem relação direta com a desigualdade. Ele pode aumentá-la ou diminuí-la, mas seu impacto como um todo, para um lado ou para o outro, "tende a ser pequeno". Entretanto, onde houve queda da desigualdade houve "substancial aumento do comércio". As políticas domésticas são essenciais para se contrapor às inevitáveis fricções que o comércio mais livre traz, e que variam muito de acordo com fatores locais. A redistribuição da renda dos setores menos produtivos para os mais produtivos (exportadores) desfavorece os primeiros, elevando disparidades salariais. O avanço tecnológico advindo da abertura comercial torna obsoleto o trabalho de parte significativa da mão de obra, beneficiando os mais instruídos e especializados. Mercados de trabalho com excesso de restrições impedem que os trabalhadores se movam com facilidade para empresas e setores mais produtivos.

O Brasil, um dos países mais fechados do mundo, tem

bastante a ganhar com a abertura comercial, que permite absorção de tecnologia de ponta, ampliação da exportação de bens de maior valor agregado e maior estabilidade cambial, entre outras vantagens. Além de enfrentar lobbies protecionistas, ampliar as relações com o exterior exige um leque amplo de reformas do trabalho, da educação, da regulação, da legislação sobre a concorrência, de tributos etc. Dá trabalho, mas vale a pena.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187981?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187981?page=1§ion=1)**

Luz e alimentos provocam deflação

» **FERNANDA STRICKLAND**

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou ligeira queda de 0,02% em agosto. A queda no indicador que mede a **inflação** oficial do país foi provocada, principalmente, pela redução de 2,77% nos preços da energia elétrica residencial, que influenciou a variação negativa do grupamento chamado Habitação e pelo grupo de Alimentação e bebidas, que observou redução de 0,44%.

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), essa é a primeira taxa negativa do IPCA desde junho de 2023. Ao divulgar os números, o gerente da pesquisa, André Almeida, destacou a mudança de bandeira tarifária da energia como fator preponderante para o resultado de agosto. "A principal influência veio de energia elétrica residencial, com o retorno à bandeira tarifária verde em agosto, onde não há cobrança adicional nas contas de luz, após a mudança para a bandeira amarela em julho", pontuou.

No grupo de Alimentação e bebidas, a alimentação no domicílio (-0,73%) apresentou o segundo recuo consecutivo, após queda de 1,51% em julho.

Foram observadas quedas nos preços da batata inglesa (-19,04%), do tomate (-16,89%) e da cebola (-16,85%). Segundo Almeida, "o principal fator que contribuiu para a queda nos preços foi uma maior oferta desses produtos no mercado por conta de um clima mais ameno no meio do ano, que favorece a produção desses alimentos, com maior ritmo de colheita e intensificação de safra".

Especialistas do Banco Daycoval, analisaram que, embora tenha havido uma queda menor do que o mês anterior em alimentação, a deflação dos preços administrados compensou. "Este grupo surpreendeu pelo lado baixista em função de variação menor em gasolina. Além disso, o mês de agosto marca o alívio na energia elétrica devido à bandeira tarifária no patamar verde.

Contudo, já foi divulgado que em setembro a bandeira tarifária voltará a pressionar a energia elétrica no IPCA", disse em nota.

Segundo o economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), André Braz, o IPCA veio praticamente estável. "Essa taxa sugere mais estabilidade do que queda, mas, foi uma deflação", afirmou.

Segundo o especialista, os destaques foram dentro de alimentação, principalmente, dando um destaque especial para alimentos in natura, como batata inglesa, tomate e cebola. Já os combustíveis também subiram um pouco menos do que no mês passado, tanto é que o grupo transportes ficou com zero, ou seja, estabilidade nos preços. "Os combustíveis subiram 0,61%, mas a gasolina, que é mais importante, avançou menos que no mês passado, só 0,67%. E, então, todas as fontes de pressão do índice vieram de acordo com a expectativa", disse.

Cautela Os especialistas alertaram, no entanto, que em setembro será diferente. "A passagem da eletricidade também caiu pela prática da bandeira verde em agosto e isso também ajudou a conter o avanço do índice. As grandes âncoras aqui foram os grupos alimentação e habitação. Exatamente os dois grupos que registraram queda, taxas negativas nesta edição de agosto. Agora, daqui para frente, muda um pouco, porque a alimentação deve acelerar mais e não deve apresentar queda tão intensa", observou Braz.

O grupo Transportes (0,00%) registrou estabilidade, em grande parte, por movimentos de preços em sentidos opostos em seus principais subitens. Em relação aos combustíveis (0,61%), gás veicular (4,10%), gasolina (0,67%) e óleo diesel (0,37%) apresentaram altas, enquanto o etanol recuou 0,18%. Além disso, as passagens aéreas registraram queda nos preços (-4,93%).

A queda no preço das passagens aéreas em agosto pode ser explicada por um movimento contrário ao observado em julho, mês de férias escolares, quando as passagens aéreas são mais demandadas por conta de viagens que as famílias realizam", explica o gerente da pesquisa.

Perspectivas Para o economista da PicPay, Igor Cadilhac, olhando à frente, a perspectiva para a indústria permanece relativamente positiva neste ano. "Entre os fatores que sustentam um viés otimista, destacam-se o aquecimento da demanda interna; a recuperação do setor manufatureiro, com o fim do ajuste de estoques; uma balança comercial robusta, com bom desempenho das exportações e aumento das importações; e políticas de estímulo à atividade econômica por parte do governo, como o Novo Plano Industrial", apontou, indicando, por outro lado, fatores de risco, como "a desaceleração da economia global; a perspectiva de um ciclo de juros altos por mais

tempo e a piora nos preços ao produtor." A PicPay projeta crescimento de 2,5% para a produção industrial em 2024.

-

INPC cai 0,14%

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) teve redução de 0,14% em agosto, após uma alta de 0,26% em julho, segundo dados divulgados ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como resultado, o índice acumulou uma elevação de 2,80% no ano.

A taxa em 12 meses foi de 3,71%. Em agosto de 2023, o INPC tinha sido de 0,20%. O INPC mede a variação dos preços para as famílias com renda de um a cinco salários mínimos e chefiadas por assalariados.

Construção O IBGE também informou que o Índice Nacional da Construção Civil (INCC/Sinapi) subiu 0,63% em agosto. O resultado sucede um avanço de 0,40% em julho.

No ano, o índice acumulado está em 2,61%. A taxa acumulada em 12 meses foi de 3,12%.

Segundo o IBGE, o custo nacional da construção foi de R\$ 1.767,09 por metro quadrado em agosto. A parcela dos materiais teve alta de 0,50%, enquanto o custo da mão de obra subiu 0,81%.

Educação As famílias brasileiras gastaram 0,73% a mais com Educação em agosto, uma contribuição de 0,04 ponto porcentual para a taxa de -0,02% registrada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no mês. A informação também consta do relatório detalhado ontem pelo IBGE.

Os cursos regulares subiram 0,76% em agosto, puxados, sobretudo, pelos subitens ensino superior (1,09%) e ensino fundamental (0,57%). Os cursos diversos aumentaram 0,47% em agosto, influenciados, principalmente, pelos cursos de idiomas (0,98%), segundo o IBGE.

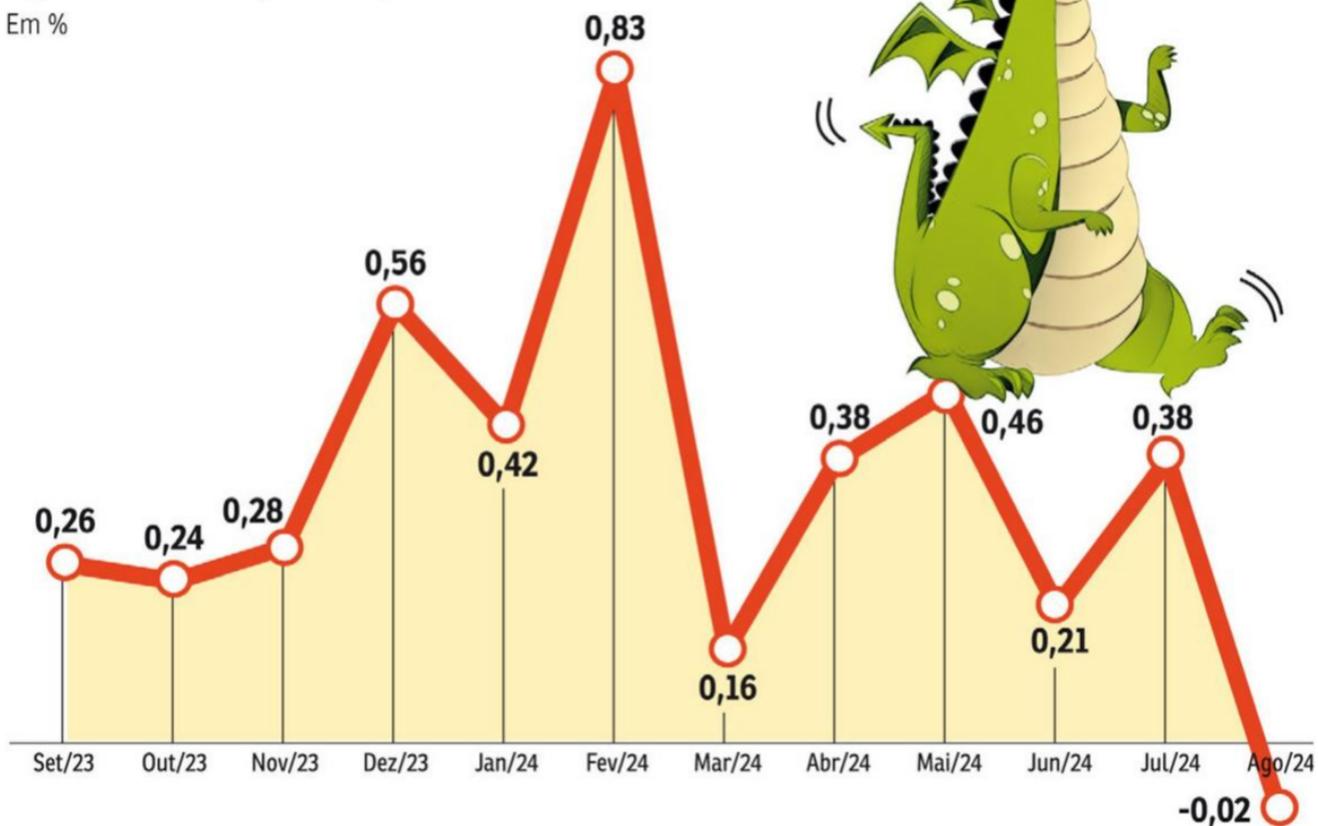
Site:

<https://flip.correiobrasiliense.com.br/educacao/imprensa/6401/11-09-2024.html?all=1>

Desaceleração

Essa é a primeira taxa negativa desde junho de 2023, quando o índice registrou uma variação de - 0,16%

Em %



Valdo Virgo/CB/D.A Press

Fonte: IBGE

Apesar de deflação em agosto, mercado ainda projeta retomada de alta da Selic

DANIELA AMORIM RIO DANIEL TOZZI MENDES SÃO PAULO | COLABOROU ANNA SCABELLO

A queda no custo da energia elétrica e uma nova rodada de reduções nos preços dos alimentos fizeram o Brasil registrar deflação de 0,02% em agosto, depois de uma alta de 0,38% no mês anterior. Foi o primeiro resultado negativo no ano e o mais baixo desde junho de 2023 (-0,08%), segundo os dados divulgados ontem pelo IBGE.

A taxa acumulada em 12 meses, que havia chegado a 4,5% até julho, recuou para 4,24% agora - ante uma meta de 3%, com tolerância até 4,5%.

Esse recuo em agosto não alterou, porém, o cenário projetado até aqui pelos economistas para a **inflação** nos próximos meses, nem mexeu com a previsão de que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central deve anunciar, já neste mês, a retomada de alta da taxa básica de juros.

A avaliação que ainda prevalece no mercado é de quatro aumentos consecutivos da Selic em 0,25 ponto percentual até janeiro de 2025 - o que levaria a taxa dos atuais 10,5% para 11,5%. O Copom volta a se reunir na próxima semana.

"Esse alívio que tivemos hoje (ontem) não é suficiente para criar algum tipo de mudança de aposta em relação ao aperto monetário", afirmou o economista João Savignon, da gestora Kínitro Capital. "Isso acaba consolidando, na verdade, o movimento de uma alta de 0,25 ponto." O mesmo cenário foi endossado por casas como a XP, enquanto o Bradesco ressaltou em relatório que o resultado de agosto foi pontual. Já o economista Leonardo Costa, da ASA Investments, fala em viés de alta para a **inflação** até dezembro. "Estamos em processo de revisão, e a alta para o ano deve ficar entre 4,5% e 4,6%." A leitura do IPCA em agosto foi puxada, principalmente, por energia elétrica e alimentos.

No primeiro caso, a queda apurada pelos técnicos do IBGE chegou a 2,77%, com a volta no mês da chamada bandeira tarifária verde - que não impõe nenhum reajuste extra às contas de energia elétrica.

Por sua vez, o grupo Alimentação e Bebidas - que já havia recuado 1% em julho - caiu no mês passado

mais 0,44%. Entre os alimentos que registraram as maiores deflações, estão batata-inglesa (-19,04%), tomate (-16,89%) e cebola (-16,85%).

SEM CHUVAS. Os economistas chamam a atenção para o fato de que, agora em setembro, esses dois grupos de preços devem registrar outro comportamento, como reflexo da falta de chuvas e das queimadas que se espalharam pelo País. Isso já levou a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a anunciar a retomada da bandeira vermelha 1 em setembro, o que vai corresponder a um custo extra de R\$ 4,46 a cada 100 quilowatt-hora.

Para especialistas no setor, sem chuvas a tarifa adicional na conta de luz pode ir até o fim do ano (mais informações na pág. B2).

No caso dos alimentos, o temor é de quebra de produção e encarecimento de preços.

"Existe uma diferença entre o que achamos que o BC deveria fazer e o que ele vai fazer.

Na nossa visão, haveria espaço para aguardar, com a Selic em 10,5%, mas a desancoragem e a pressão do mercado vão pesar mais", afirmou o economista sênior do Banco Inter, André Valério, referindo-se à diferença entre as projeções do mercado e as do governo para a **inflação**.

"Teria de vir uma queda (no IPCA) muito mais intensa para mudar isso." Quanto aos custos dos transportes, a gasolina ficou 0,67% mais cara, item de maior pressão individual sobre o IPCA no mês. Porém, essa alta foi compensada por uma queda de 4,93% nos preços das passagens aéreas. "Houve quedas de passagens aéreas e de outros serviços de características turísticas, tradicionalmente mais demandados em meses de férias", afirmou André Almeida, gerente do Sistema Nacional de Índices de Preços do IBGE.

"Esse alívio que tivemos hoje (ontem) não é suficiente para criar algum tipo de mudança de aposta em relação ao aperto monetário" João Savignon Economista da Kínitro

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

INFLAÇÃO NO BRASIL

Evolução mensal do IPCA

EM PORCENTAGEM



FONTE: IBGE/ INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Banco Central: independência também do mercado (Artigo)

Fernando Dal-Ri Murcia Professor da FEA/USP

A autonomia e a independência do Banco Central (Bacen) representaram um importante amadurecimento institucional no Brasil. Este tema tem sido alvo de diversas discussões, principalmente em razão das recentes críticas por parte do Poder Executivo.

Contudo, pouco se discute sobre a necessidade de um regulador independente também dos participantes do mercado.

Recentemente, uma parcela destes tem advogado pela necessidade de aumento da Taxa Selic ainda em 2024. De fato, a curva de juros expressa pelos contratos de DI futuro precifica uma alta significativa nas taxas ao longo dos anos de 2024 e 2025 com a Selic chegando próxima de 12% no ano que vem. Atualmente, a referida taxa encontra-se em 10,50% e a **inflação** dos últimos 12 meses situa-se em 4,24%.

Acontece que os participantes do mercado também possuem seus incentivos e estão sujeitos a conflitos de interesses.

O objetivo é ganhar dinheiro e uma das formas de atingi-lo é se posicionar antecipadamente no mercado. No caso, essa forma de investimento consiste em apostar nas altas ou quedas das taxas em datas futuras; no limite, ganha quem conseguir "antecipar" o que o Bacen vai fazer nas reuniões futuras do Copom.

Aqueles que estão apostando na alta dos juros querem que os juros subam. Caso contrário, vão perder dinheiro. Para gestores de fundos, isto pode significar não bater o benchmark, tomar resgates, perder cotistas e até mesmo fechar as portas. Consequentemente, é preciso ter cautela ao analisar a opinião destes agentes econômicos.

Registre-se que a defesa da alta da Selic não é de todo descabida.

O **PIB** tem surpreendido e o mercado de trabalho está aquecido. Contudo, as expectativas de **inflação** para 2025 e 2026, manifestada pelo Boletim Focus, recuaram nas últimas semanas. Os preços das commodities despencaram nos últimos meses em razão da fraca atividade econômica global e o FED

deve iniciar o ciclo de corte de juros nos Estados Unidos a partir do mês de setembro.

Enquanto os preços das commodities possuem impacto direto na **inflação**, a redução dos juros americanos possui reflexos na taxa de câmbio e diminui a pressão sobre o spread presente nas taxas dos títulos públicos brasileiros.

É preciso ter calma e parcimônia.

A política monetária trabalha com defasagem e, como se costuma dizer, o Bacen é um "transatlântico". O mercado é volátil, mas a política monetária não precisa ser. Ela deve ser independente das interferências políticas, mas também daqueles que têm seus próprios incentivos econômicos não necessariamente alinhados com o mandato do Bacen.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Kamala põe na defensiva Trump, que foca em economia e imigração

No primeiro - e talvez único - debate entre a democrata Kamala Harris e o republicano Donald Trump, os candidatos procuraram ontem desconstruir a imagem de seu oponente, muitas vezes de forma agressiva.

Claramente preparada para o embate, Kamala tomou a ofensiva e mencionou temas que incomodaram o republicano, que pareceu morder a isca, mostrando-se claramente irritado em várias ocasiões.

O debate, realizado na Pensilvânia, foi um grande teste para Kamala, que passou a ser a candidata democrata apenas em julho, após a desistência do presidente, Joe Biden. A saída foi o desfecho de uma crise no partido exatamente após uma performance desastrosa no primeiro debate, em junho.

Em uma primeira reação ao debate de ontem, a pop star Taylor Swift encerrou o mistério sobre seu posicionamento e anunciou apoio a Kamala.

Quando entraram para o debate, Kamala tomou a iniciativa e se apresentou pelo nome, em uma lembrança para os espectadores de que ontem foi a primeira vez que ela e Trump se encontram, e apertaram as mãos. A primeira pergunta foi sobre economia e Kamala lembrou suas origens na classe média.

Ela explicou que queria criar uma "economia de oportunidades" e acusou Trump de querer ajudar os ricos com um aumento da carga fiscal que teria impacto na classe média.

MARXISTA. Na sua réplica, Trump levou a discussão econômica para o lado pessoal, chamando Kamala de "marxista" e levantando o histórico de seu pai como acadêmico. "O pai dela é um professor marxista de economia," disse Trump. O republicano passou então a focar nos pontos que sua campanha considera mais fracos na rival: **inflação** e imigrantes indocumentados.

"Temos **inflação** como poucas pessoas já viram antes, provavelmente a pior na história do nosso país", disse Trump.

Em seguida, ele mencionou os imigrantes, ponto recorrente da noite. "Temos milhões de pessoas entrando em nosso país vindas de prisões e cadeias,

de instituições mentais, e elas estão chegando e ocupando empregos que, no momento, são ocupados por negros e hispânicos", disse.

Ao serem questionados sobre aborto, Trump insistiu na informação de que os democratas queriam o fim do precedente histórico de Roe versus Wade, que garantia o direito ao procedimento para todas as mulheres, apesar de defenderem o contrário. Isso deu a Kamala um argumento sobre um tema no qual ela tem sido uma voz ativa. Olhando direto para a câmera, ela destacou os perigos que as mulheres grávidas, algumas sobreviventes de incesto e estupro, enfrentam ao tentar obter cuidados de saúde.

Em pouco mais de 90 minutos, o debate tornou-se extremamente pessoal. Kamala mencionou as acusações contra Trump na Justiça e suas condenações por crimes graves em Nova York. Trump revidou, acusando Kamala e Biden de "instrumentalizar" o governo para processá-lo. O ex-presidente alegou que "provavelmente levou um tiro na cabeça" por causa da retórica democrata sobre ele.

Trump também levou para o debate rumores que sua campanha tem abordado, segundo os quais imigrantes ilegais têm comido animais de estimação em cidades do Meio-Oeste americano. "Em Springfield, eles estão comendo os cachorros", afirmou Trump - imediatamente, ele foi corrigido pelo mediador David Muir, que teve muita dificuldade em conter o ex-presidente entre uma fala e outra.

RAÇA. No segundo bloco, os dois debateram sobre política externa e as atuais guerras no mundo. Trump acusou a rival de fazer pouco para ajudar Israel, velho aliado dos EUA, afirmando que, sob um novo mandato democrata, o país "desaparecerá".

A vice respondeu dizendo que a acusação de Trump, de que ela odiava Israel, era "absolutamente falsa", que ela sempre apoiou o país ao longo de sua carreira.

A conversa então se voltou para o racismo, Trump foi questionado sobre por que havia posto em dúvida a identidade racial de Kamala.

"Eu não me importo com o que ela é", disse o ex-presidente, acrescentando que "havia lido que ela não

era negra". Kamala respondeu que era uma "tragédia" ele tentar usar a raça para dividir os americanos.

Em sua resposta, Kamala citou o caso dos Cinco do Central Park, um grupo de adolescentes negros acusados injustamente, nos anos 80, de estuprar uma mulher, para quem Trump pediu a pena de morte com um anúncio pago de uma página no New York Times.

Nas suas considerações finais, Kamala seguiu uma linha familiar de sua campanha: "Não vamos retroceder", disse. Trump recusou e a terminar com uma nota otimista, chamando Kamala de "a pior vice-presidente da história do nosso país".

"Donald Trump nos deixou o pior ataque à nossa democracia desde a Guerra Civil"

Kamala Harris Candidata democrata

"Eles (imigrantes) estão comendo cachorros. Estão comendo animais de estimação das pessoas"

Donald Trump Candidato republicano

*

O QUE PENSA KAMALA

Política externa

A vice-presidente representou Joe Biden em diversos encontros com líderes internacionais, incluindo o Fórum pela Paz na Ucrânia, organizado pela Suíça. Caso seja eleita, o apoio a Kiev não deve mudar.

Kamala divergiu de Biden em relação à guerra entre Israel e o grupo terrorista Hamas, pedindo um cessar-fogo no enclave palestino em março para reduzir o "imenso sofrimento dos palestinos".

I Economia

Kamala tem posições parecidas com Biden em relação à economia. O governo Biden ressaltou desde o início do mandato que uma de suas prioridades era reduzir os altos preços nos EUA após a pandemia.

Kamala ressaltou que tem como objetivo a redução da **inflação** e o preço da gasolina. A democrata também apoiou a legislação proposta por Biden para impulsionar o investimento em infraestrutura e acelerar a transição para energia limpa.

A vice-presidente mencionou que quer reduzir os preços da educação infantil e aumentar a ajuda financeira a idosos. Em relação ao comércio, Kamala criticou a proposta de Trump, que prometeu impor

mais tarifas, argumentando que isso prejudicaria os consumidores. Ela já ressaltou não ter posições protecionistas, mas se opôs a acordos de livre-comércio no passado.

I Aborto

Kamala sempre foi uma defensora da legalização do aborto.

Após a Suprema Corte americana anular o precedente histórico de Roe versus Wade, que garantia o direito ao aborto para todas as mulheres, em 2022, ela se tornou a principal liderança do governo Biden sobre o assunto e pressionou o Congresso para que uma lei que garantisse esse direito em todo o país fosse aprovada. O tema aborto contribuiu para uma boa eleição de meio de mandato para os democratas em 2022 e pode fazer a diferença novamente para Kamala.

I Imigração

O tema imigração pode se tornar uma das principais vulnerabilidades para a campanha de Kamala. A vice-presidente se envolveu ativamente com questões relacionadas à fronteira e também apoiou a legislação bipartidária que poderia ter reforçado a segurança na fronteira americana, mas a lei não foi aprovada devido à oposição de Trump, que não queria que Biden ganhasse capital político com a medida.

I Democracia

A campanha de Kamala, em parte, tem definido a eleição como uma luta para preservar a democracia americana. Ela condenou os esforços de Trump para reverter a eleição de 2020 e apoia legislação para expandir o acesso ao voto e contrapor restrições em estados liderados por republicanos.

Kamala se comprometeu a aceitar os resultados da eleição deste ano e denunciou as tentativas de Trump de impedir a transição de poder.

O QUE PENSA TRUMP

I Política externa

O ex-presidente diz que planeja alterar fundamentalmente a relação dos EUA com a Otan, caso conquiste um segundo mandato. Na campanha, ele tem sugerido o envio de soldados ao México para combater os cartéis de drogas. Sobre a guerra na Ucrânia, ele disse que resolveria o conflito mesmo antes de tomar posse, em janeiro.

Depois de inicialmente criticar a liderança israelense

nos dias seguintes ao ataque do Hamas, em 7 de outubro, Trump afirmou que o grupo deve ser "esmagado".

opponentes políticos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

I Economia

A **inflação** caiu abruptamente após o maior pico em 40 anos, registrado em 2022, mas a opinião da maioria dos americanos é a de que a economia vai mal. Isso tem garantido a Trump uma vantagem persistente nas pesquisas sobre economia em relação aos seus adversários democratas. Uma das 20 principais promessas do seu site de campanha é "acabar com a **inflação** e tornar a América novamente acessível". O poder de um presidente para baixar diretamente os preços é muito limitado. Trump comprometeu-se a expandir a produção de energia dos EUA, abrindo áreas como a região selvagem do Ártico para a perfuração de petróleo, o que, segundo ele, reduziria os custos da energia, embora os analistas estejam céticos.

I Aborto

Os nomeados de Trump para a Suprema Corte dos EUA permitiram a anulação do precedente Roe versus Wade, pondo fim às proteções federais para o aborto. O ex-presidente disse que não assinaria uma proibição federal, mas os Estados deveriam ser autorizados a decretar quaisquer restrições que desejassem. O ex-presidente disse ainda acreditar que o direito ao aborto é uma questão para ser definida por cada Estado.

Se fosse novamente eleito, permitiria que os Estados restringissem o procedimento como bem entendessem, incluindo o controle de gravidez e acusações criminais para pacientes que o praticam.

I Imigração

Trump promulgou políticas anti-imigração abrangentes quando era presidente, incluindo a separação de crianças imigrantes dos seus pais. Se for novamente eleito, ele quer reunir milhões de imigrantes sem documentos e detê-los em campos, antes de os deportar em massa. Este objetivo está no topo da sua lista de prioridades, tal como aconteceu em 2016, quando "construir o muro" era o seu slogan.

O número de travessias da fronteira atingiu níveis recordes em 2023, mas caiu neste ano eleitoral.

I Democracia

Trump é o único presidente dos EUA que se recusou a aceitar sua derrota. Ele tentou reverter a eleição de 2020 e procurou deslegitimar o sistema eleitoral. O republicano usa termos como "vermes" para descrever

Reajuste pesado



No Planalto. Com aval de Lula, Ministério da Gestão fechou mais de 40 acordos com diversas categorias de funcionários públicos, contemplando reajustes salariais no ano que vem e em 2025

ELIANE OLIVEIRA E BERNARDO LIMA
economia@oglobo.com.br **BRASÍLIA**

A proposta orçamentária do ano que vem tem a maior verba reservada para reajuste salarial de servidores do Poder Executivo desde 2013 -ou seja, em 12 anos. Para 2025, foram separados R\$ 20,1 bilhões para a concessão de aumento aos funcionários federais, depois que o governo fechou mais de 40 acordos com diversas categorias contemplando o próximo ano e 2026.

O valor reservado para 2025 é o maior desde o Orçamento aprovado para 2013, quando o governo Dilma Rousseff destinou R\$ 21 bilhões, de acordo com levantamento feito pelo GLOBO nas leis orçamentárias anuais, atualizados pela **inflação**.

O texto permite o ingresso de mais 4,6 mil servidores no Executivo federal, sem considerar os professores, que têm uma dinâmica própria de ingresso no serviço público.

Em 2024, reajustes e reestruturações de carreiras acordadas com os servidores do governo federal, aprovadas ou em negociações, contemplaram 98,2% do pessoal do Executivo, segundo o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI). Com os acordos firmados neste ano, o governo prevê impacto orçamentário de R\$ 16,8 bilhões para 2025. Em 2026, a previsão é de R\$ 11 bilhões.

"BOMBA FISCAL

O governo não divulgou o percentual médio de reajuste para os servidores civis. Para militares, o espaço é de R\$ 3,05 bilhões, o suficiente para um reajuste de 4,5% no ano que vem. Há ainda R\$ 303 milhões para um bônus de eficiência de auditores do

trabalho.

Os reajustes só serão concretizados em projetos de lei que precisam passar pelo Congresso Nacional.

As despesas totais de pessoal da União sairão de R\$ 373,7 bilhões neste ano para R\$ 413,1 bilhões em 2025, uma alta nominal de 10,5%, a maior em mais de uma década - conforme levantamento do GLOBO.

Economistas alertam que a valorização do servidor é importante, mas, se o Executivo não se preparar, os próximos governos terão sérios problemas fiscais.

Juliana Inhasz, professora no Insper, avalia que a reserva de R\$ 20,1 bilhões é expressiva e terá um impacto enorme a longo prazo, que será sentido em um período de até dez anos: -Os reajustes permanentes vão impactar o Orçamento como uma bomba. O governo vai ter que tirar de algum lugar para fazer frente. O grande problema não são só os anos de 2025 e 2026. Serão como uma bola de neve.

Em nota, o MGI informou que a folha do Executivo representava 2,68% do **PIB** em 2022. Caiu para 2,61% em 2023 e para 2,48% em 2024. No ano que vem ficará em 2,59% do **PIB**. "Esses valores previstos para 2025 estão dentro de parâmetros compatíveis com o novo regime fiscal sustentável e as metas fiscais estabelecidas até o final do mandato deste governo", afirma a pasta.

Para o economista Gabriel Barros, da ARX Investimentos, os reajustes salariais devem ser acompanhados de uma reestruturação de cargos e salários: -Ainda que se utilize a argumentação de que os reajustes eram necessários face ao congelamento no período anterior, a concessão de reajuste de dois dígitos, e sem promover qualquer reestruturação de cargos e salários, perpetuará o custo fiscal para os anos subsequentes, aprofundando a teia de privilégios e disfuncionalidades na estrutura de remuneração e de carreiras do serviço público federal.

Parte das negociações fechadas com os servidores neste ano inclui propostas de reestruturação de carreira, com o aumento do número de degraus que precisam percorrer para chegar ao topo, onde estão os maiores salários. Em alguns casos, o percurso antes feito em 13 anos passará a durar 20. Uma portaria estabelece que uma das diretrizes é o "período mínimo de, preferencialmente, 20 anos para o alcance do padrão final da carreira". Isso só valerá para novos

ingressantes no serviço público.

Marcos Mendes, economista e pesquisador do Insper, concorda que a reserva de R\$ 20 bilhões para reajuste de servidores federais deve pressionar os orçamentos dos anos seguintes. Segundo ele, a política de recomposição salarial e de retomada de investimentos públicos deixa o governo sem "válvulas de escape" para um ajuste fiscal: -O governo quer retomar o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), faz força para aumentar os investimentos e está dando reajustes para os servidores. Não tem muita margem de ação, a margem que existiria seria segurar investimentos e folha de pagamento, e isso o governo não quer fazer.

QUASE 8 ANOS SEM REVISÃO

A valorização do salário dos servidores é uma pauta histórica de governos petistas. Os reajustes deste ano vieram após quase oito anos sem revisão nos ganhos dos servidores. Os últimos aumentos aconteceram em 2016. Parte daqueles reajustes foi acertada pelo governo Dilma e autorizado durante a gestão Michel **Temer**.

Vilma da Conceição Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), sugere a adoção de reformas para melhorar a eficiência da máquina pública: - O governo pode aumentar a eficiência na gestão de despesas, otimizando o uso de recursos e evitando desperdícios.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

RESERVA PARA AUMENTOS (R\$ BI)

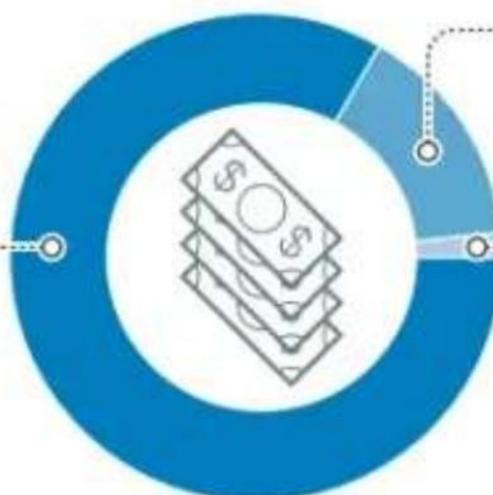
Poder Executivo

20,16

Sendo

16,8

para servidores civis



3,05

para militares

0,303

para bônus de eficiência para Auditoria-Fiscal do Trabalho

Total de despesa com pessoal e encargos sociais em 2025

413,150 (3,3% do PIB)

Total de despesa com pessoal e encargos sociais em 2024

373,797 (3,2% do PIB)

DIFERENÇA ENTRE 2024 E 2025

10,5%

Fonte: Orçamento de 2025

EDITORIA DE ARTE

China terá de gastar US\$ 1,4 trilhão para enfrentar deflação

Joe Leahy e Thomas Hale Financial Times, de Pequim e Xangai

A China precisa gastar até 10 trilhões de yuans (US\$ 1,4 trilhão) em estímulos por dois anos para reflacionar a economia e retomar o crescimento sustentável, dizem analistas de bancos de investimento, diante da preocupação cada vez maior de que as pressões deflacionárias estejam criando raízes.

O estímulo, equivalente a 2,5 vezes o pacote que ficou conhecido como "bazuca", liberado pela China após a crise financeira mundial de 2008, precisaria ter o consumidor final como alvo direto - por meio de gastos de bem-estar social -, em vez dos investimentos e das obras de infraestrutura, de acordo com os economistas.

Eles também advertiram que o problema está se tornando mais premente - quanto mais a deflação se enraizar, mais custoso será dispersá-la por meio de medidas de estímulo. As estimativas dos economistas colocam em evidência o tamanho do desafio das autoridades chinesas para tentar revigorar o crescimento da segunda maior economia do mundo.

"Quanto mais longa a deflação, maior a necessidade em termos de redeflação", disse Robin Xing, economista-chefe da China no Morgan Stanley.

Em vista da longa desaceleração no setor imobiliário chinês, os consumidores reduziram os gastos e passaram a poupar mais. No segundo trimestre, a taxa de poupança do consumidor, ajustada sazonalmente, foi de 31 %, segundo o Goldman Sachs.

Pequim tem respondido à fraca confiança dos consumidores por meio de empréstimos ao setor industrial, esperando que indústria e exportações mantenham a economia girando enquanto o setor imobiliário sofre com o enorme excedente de casas não vendidas. A estratégia, contudo, também eleva a oferta de bens de consumo em um momento de baixa demanda, agravando a deflação.

A China tem como meta um crescimento real de 5% no Produto Interno Bruto (PIB) em 2024. No entanto, segundo economistas, as pressões deflacionárias afetam o crescimento nominal, que no segundo trimestre foi de 4% na comparação anual, além de

impactar os lucros das empresas e resultar em demissões e cortes salariais.

O índice de preços do produtor da China está em terreno deflacionário há 23 meses. Os dados divulgados na segunda-feira apontaram um declínio anual de 1,8% em agosto, pior do que as expectativas dos analistas. O índice de preços ao consumidor teve um desempenho um pouco melhor, graças à volatilidade dos alimentos, mas segue basicamente estável.

Xing, do Morgan Stanley, disse que, em um cenário "expansionista", Pequim poderia emitir 10 trilhões de yuans em estímulos ao longo de dois anos - 7 trilhões de yuans (US\$ 980 bilhões) para impulsionar os gastos no bem-estar social de 250 milhões de trabalhadores conhecidos como "migrantes" na China, que têm menos direito a cobertura pelos sistemas de aposentadoria e saúde existentes. Os outros 3 trilhões de yuans seriam usados para acelerar as vendas do estoque de imóveis encalhados e estabilizar os preços.

Segundo seus cálculos, isso exigiria um aumento anual no déficit orçamentário amplo (que inclui todos os níveis de gastos do governo) de 11% para 14% do PIB, mas seria suficiente para eliminar as pressões deflacionárias e elevar o crescimento econômico nominal acima de 5% nos próximos anos. Caso se mantenha a situação atual, as pressões deflacionárias empurrariam o crescimento real para cerca de 4% em 2024 e em 2025.

Hui Shan, economista-chefe para a China no Goldman Sachs, disse que o país precisaria de cerca de 3 trilhões de yuans para estabilizar o mercado imobiliário e de mais 1 trilhão de yuans para os governos locais em dificuldades financeiras. Depois disso, o governo poderia realizar as tão necessárias reformas de bem-estar social, como o fortalecimento do seguro-desemprego, acrescentou a economista.

"É preciso dar às pessoas a confiança de que o governo está ajudando o povo, não apenas construindo mais infraestrutura ou seguindo a velha cartilha de estímulos. Então, apenas para ter um impacto significativo, você precisa de cerca de 5 trilhões (US\$ 700 bilhões) de yuans", disse ela.

Chris Beddor, vice-diretor de pesquisa da China na firma de análises Gavekal, estimou que a China precisaria de entre 3 trilhões (US\$ 420 bilhões) e 8 trilhões de yuans (US\$ 1,12 trilhão) em transferências diretas aos consumidores para fazer "o consumo das famílias retornar ao nível pré-pandemia".

"Quanto mais longa a deflação, maior a necessidade em termos de redeflação" Robin Xing

Para o economista-chefe para a Ásia do HSBC, Fred Newmann, 5 trilhões de yuans seria um número "básico" para estabilizar os preços.

"Há um fenômeno aqui, onde tem faltado confiança, por exemplo, [com] essa taxa de poupança do consumidor muito alta. As pessoas não querem gastar. Então, se trata realmente de uma questão de trazer a confiança de volta, em vez de necessariamente do valor do pacote", disse.

A China anunciou uma série de planos menores de estímulo à confiança, como esquemas de troca de eletrodomésticos e de modernização de equipamentos industriais para estimular o consumo, mas, segundo Neumann, medidas graduais às vezes perdem impacto.

"Portanto, é por isso que, às vezes, a abordagem certa é "chocar" [shock and awe]", acrescentou. "Há um risco de que ao termos sido tão graduais nos últimos 18 meses, cada anúncio [de medida individual] não reconstrua a confiança de que precisamos."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187981?page=1§ion=1>